



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)**

Cap **KELLY CRISTINA GONÇALVES DO NASCIMENTO**

***PEACEKEEPER WOMEN: PERCEPÇÕES DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO
EM SUA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE PAZ***

**RIO DE JANEIRO
2021**

Cap **KELLY CRISTINA GONÇALVES DO NASCIMENTO**

***PEACEKEEPER WOMEN: PERCEPÇÕES DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO
EM SUA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE PAZ***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Saúde do Exército, como requisito
parcial para aprovação no Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos.

Orientador: Maj Cláudio de Lima Antonino

**RIO DE JANEIRO
2021**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

N244 Nascimento, Kelly Cristina Gonçalves do.
Peacekeeper women: percepções de oficiais do Exército Brasileiro em sua participação em operações de paz/ Kelly Cristina Gonçalves do Nascimento. – 2021.
26 f.
Orientadora: Cláudio de Lima Antonino.
Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de Oficiais) – Escola de Saúde do Exército, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos, 2021.
Referências: f. 23-26.

1. MULHERES. FORÇAS ARMADAS 3. OPERAÇÕES DE PAZ.
4. PEACEKEEPER. I. Antonino, Cláudio de Lima (Orientador). II. Escola de Saúde do Exército. III. Título.

CDD 327.17

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Cap **KELLY CRISTINA GONÇALVES DO NASCIMENTO**

**PEACEKEEPER WOMEN: PERCEPÇÕES DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO
EM SUA PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Saúde do Exército, como requisito
parcial para aprovação no Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos.

Orientador: Maj Cláudio de Lima Antonino

Aprovada em __ de _____ de 2021.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Cláudio de Lima Antonino
Orientador

Otávio Augusto B. Soares
Avaliador

Fernanda V. C. Orlandini
Avaliadora

*Dedico este trabalho a minha
fonte inspiradora para tudo, a
Deus e a minha família, que
fazem querer seguir adiante a
cada dia!!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, fonte de inspiração. A meus filhos, foco de meu amor incondicional. A Deus, fonte de todo sentimento e conhecimento.

À medida que a manutenção da paz evoluiu para refletir as populações que servimos, as mulheres tornaram-se cada vez mais parte da família de manutenção da paz - tornando as operações mais eficazes.

United Nation Peacekeeping

RESUMO

A orientação da inclusão de mulheres nas operações de paz ocorreu no ano de 2000, através da Resolução 1325 da ONU. Após 20 anos, a participação feminina ainda é discreta. O Brasil participou de algumas missões, com grande destaque para a MINUSTAH. No entanto, seu papel não é bem estabelecido e entendido. O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa quali-quantitativa mediante aplicação de questionário às oficiais do Exército Brasileiro que participaram de operações de paz no exterior de forma voluntária a fim de levantar suas percepções acerca do tema. Os resultados foram ao encontro de outras pesquisas anteriormente realizadas nesta mesma linha, assim como de perspectivas utilizadas pela ONU para a inclusão de mulheres nas operações de paz, revelando que estereótipos de gênero podem ser utilizados de forma positiva para garantia de melhor convivência com as mulheres locais.

Palavras-chave: Mulher. Operações de Paz. ONU.

ABSTRACT

Official inclusion of women in peace operations took place in 2000, through UN Resolution 1325. After 20 years, female participation is still discreet. Brazil participated in some missions, with great emphasis on MINUSTAH. However, their role is not well established and understood. The objective of this work was to carry out a qualitative-quantitative research by applying a questionnaire to Brazilian Army women officers who participated in peace operations abroad, in order to understand their perceptions on the subject. The results were congruent with other surveys previously carried out along the same object, as well as perspectives used by the UN for the inclusion of women in peace operations, revealing that gender stereotypes can be used positively to guarantee better coexistence with local women.

Keywords: Woman. Peacekeeping operations. UN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Tipos de operações de paz protagonizadas pela ONU. Pacificação, imposição da paz e manutenção da paz	8
Figura 2 –	Cadeia de comando e controle multi-dimensional das Operações das Nações Unidas para manutenção da paz.	9
Figura 3 –	Relação de documentos doutrinários e administrativos da ONU. Na primeira série de documentos, encontra-se a Doutrina Capstone.	10
Figura 4 –	Operações de paz ainda em execução pela ONU.	12
Figura 5 –	Imagens disponível no website da ONU, em inglês, agradecendo a participação do Brasil nas Operações de Paz, especialmente no Haiti	13
Quadro 1 –	Quantitativo de uniformizadas que participaram de operações de paz.	16
Quadro 2 –	Questionário aplicado às oficiais.	17
Gráfico 1 –	Quantidade de respostas por posto.	17
Gráfico 2 –	Distribuição de respostas quanto ao Quadro, Arma ou Serviço e profissão das oficiais.	18
Gráfico 3 –	Principais funções desempenhadas nas missões a que as oficiais compareceram.	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EB	Exército Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
UNTSO	Organização de Supervisão de Trégua da ONU
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
UNAMID	Missão da ONU e da União Africana em Darfur
UNAMSIL	Missão das Nações Unidas em Serra Leoa
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste
UNITAF	Unified Task Force - Somália

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. METODOLOGIA.....	6
3. DESENVOLVIMENTO.....	7
3.1 Organização das Nações Unidas e missões de pacificação.....	7
3.2 A participação brasileira nas operações de pacificação da ONU.....	12
3.3 As mulheres e as operações de pacificação.....	14
4. RESULTADOS.....	17
5. DISCUSSÃO.....	20
6. CONCLUSÃO.....	23
7. REFERÊNCIAS.....	23

Peacekeeper women: percepções de oficiais do Exército Brasileiro em sua participação em operações de paz

KELLY CRISTINA GONÇALVES DO NASCIMENTO¹
CLÁUDIO DE LIMA ANTONINO²

1. INTRODUÇÃO

A entrada do segmento feminino nas Forças Armadas ocorreu na década de 1980, sendo iniciada na Marinha do Brasil, com as primeiras mulheres ingressando em 1981. Hoje, remanescentes dessa turma são as primeiras contra-almirantes brasileiras (ROCHA, 2017).

No Exército Brasileiro, a participação feminina iniciou aproximadamente 10 anos depois, com a entrada das primeiras mulheres em 1992 no Quadro Complementar de Oficiais e, em 1996, como as primeiras oficiais temporárias do Serviço de Saúde (BRASIL, sem data. A).

Como combatentes, o Brasil incluiu a primeira turma com mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 2018 (BRASIL, sem data. C). A realidade brasileira de participação feminina repete-se na América Latina (MATHIAS, 2005).

Já nações beligerantes, como os Estados Unidos, abrigam mulheres oficialmente em quadros acessórios desde o início dos anos 1900. Na década de 1960 as mulheres iniciaram a participação como combatentes, indo para a Guerra do Vietnã. Na década de 1970, ascenderam ao generalato naquele país (ARMY WOMEN'S FOUNDATION, sem data).

No entanto, o primeiro país a criar um corpo combatente feminino foi a Rússia, durante a Primeira Guerra Mundial (LAUDÔNIO, 2018).

Quanto à composição dos quadros em operações de paz vinculadas às Nações Unidas, a participação Brasileira feminina começou em 1993, no Timor Leste (HAMANN, GIANNINI e PEREIRA, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estimula o aumento da participação feminina em suas operações, iniciada pela chamada Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança (Agenda MPS), cujo marco foi a publicação da Resolução 1325 no ano 2000 (UN, 2000). No entanto, a maioria dos países participantes desta Organização não consegue

¹ Cap Médica ginecologista-obstetra, Escola de Saúde do Exército. E-mail:

² Maj da Arma de Artilharia, Instrutor da Escola de Saúde do Exército. E-mail: claudio_antonino@hotmail.com.

atingir a meta estabelecida de 15% de mulheres participantes das missões (HAMANN, GIANNINI e PEREIRA, 2019).

O Brasil, por exemplo, atinge 3% de mulheres participando, entre civis, militares e policiais durante os últimos 30 anos. No caso de militares, apenas 0,5% da participação corresponde ao segmento feminino (HAMANN, GIANNINI e PEREIRA, 2019).

O aumento do contingente feminino, além de atender a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança, tem papel conciliador na tropa e com as populações atendidas, tendo seu papel bem delimitado e entendido no exterior.

No Brasil, no entanto, essa contribuição ainda não é bem compreendida e é extremamente limitada em termos numéricos. Desta forma, entender o papel da mulher nas missões de paz e os fatores que as fazem optar pela participação é essencial para que o segmento feminino possa contribuir da melhor forma possível para este valioso serviço desempenhado pelo Exército Brasileiro.

2. METODOLOGIA

Trata-se de estudo qualitativo, aplicado, com objetivo exploratório e procedimento com *survey* na população participante, qual seja, grupo de oficiais do segmento feminino do Exército Brasileiro que participaram de Operações de Paz das Nações Unidas. O grupo de oficiais do segmento feminino foi convidado a participar da pesquisa via redes sociais, mediante preenchimento de questionário encaminhado e respondido digitalmente pelo *Google Forms*. Os dados coletados pelo questionário, baseado e adaptado da pesquisa prévia de Giannini, Foly e Lima (2017) sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras, foram analisados pela pesquisadora usando análise estatística descritiva simples, transformando-os em apresentação gráfica. A análise das informações qualitativas foi feita por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

A literatura de apoio levantada em bases de dados nacionais e, principalmente, internacionais, utilizando-se os descritores, em língua portuguesa e inglesa: “mulheres”, “forças armadas”, “operações de paz” e “*peacekeepers*”, intercambiando os termos entre si com os operadores booleanos AND e OR.

Os critérios e inclusão dos questionários na análise final foi terem sido respondidos por oficiais do segmento feminino do Exército Brasileiro e ter participado de operações de paz no exterior. Questionários respondidos parcialmente foram descartados.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Organização das Nações Unidas e missões de pacificação

As Nações Unidas (ONU) foram fundadas em 1945, ao término da II Guerra Mundial, com o intuito de apaziguar conflitos pacificamente entre os Estados membros. Esta proposta segue o pacto da Liga das Nações e o Pacto Kellog-Briand, que condenavam o uso da guerra como recurso de solução de controvérsias internacionais. Além disso, a condenava como instrumento de política internacional em suas relações. Desta forma, as Nações unidas foram idealizadas como um fórum de intercâmbio diplomático e cooperação entre as nações para facilitar a solução pacífica de controvérsias e tensões difusas entre estados (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

“As operações de paz da ONU, que já ganhavam importância desde o fim da década de 1940, podem ser consideradas um dos principais instrumentos da política internacional utilizados para assegurar o cumprimento do art. 1º da Carta da ONU: “manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz” (ONU, 1945).” (ANDRADE, HAMANN, SOARES, 2019, p. 9).

Operações de Paz não foram mencionadas em seus documentos iniciais, porém a intervenção não militar e militar em conflitos militarizados constava como uma das funções da ONU. De forma geral, a ONU é uma instituição intervencionista em favor da paz, desde que haja consentimento das partes envolvidas (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

“Isso tem sido usado para colocar tropas como observadores imparciais para manter a paz e prevenir a eclosão da violência até que uma solução seja encontrada. No entanto, porque este envolvimento com o pessoal em terra confunde a fronteira com o uso de forças armadas, permitido nos termos do artigo 42 do Capítulo VII, as operações de manutenção da paz são por vezes referidas como operações ao abrigo do ‘Capítulo VI ½’ da Carta das Nações Unidas”. (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012. p. 1.)

A primeira operação de manutenção da paz foi a Organização de Supervisão de Trégua da ONU (UNTSO), encarregada de monitorar um Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes em maio de 1948. Também foram enviados observadores à Índia e ao Paquistão em janeiro de 1949, como Grupo de Observadores Militares da ONU na Índia e Paquistão. Estas duas operações nunca foram extintas e ocorrem até hoje nestes locais (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012; UNITED NATION PEACEKEEPING, sd).

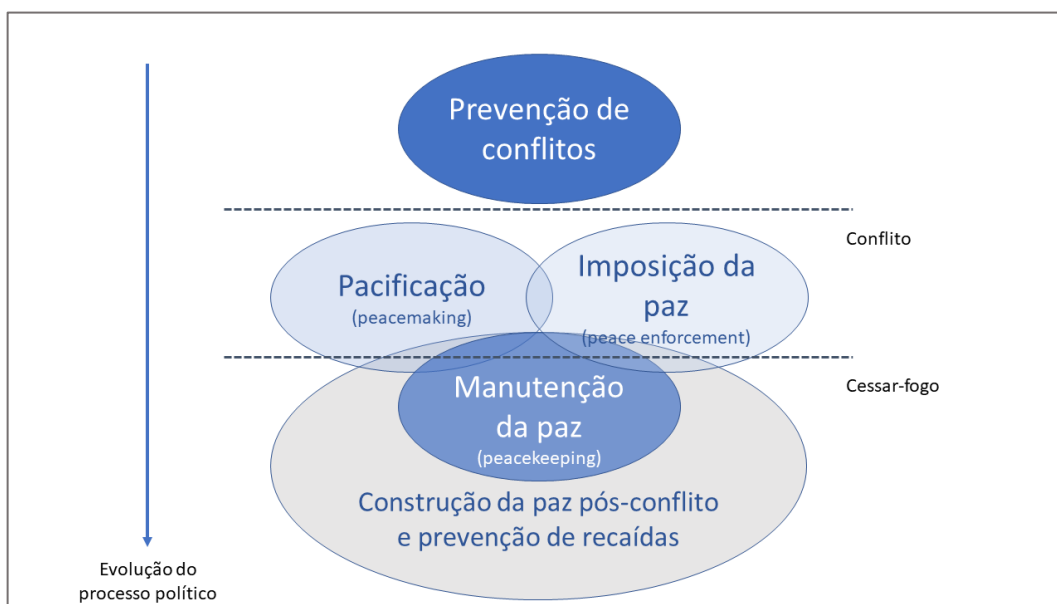


Figura 1: tipos de operações de paz protagonizadas pela ONU. Pacificação, imposição da paz e manutenção da paz. Traduzido e adaptado pela autora de: UN, 2008.

Durante a Guerra Fria, o confronto entre membros do Conselho de Segurança resultou em poucas resoluções, resultando na quase ausência de Operações de Paz. Nesse período, o veto dos Cinco Permanentes (China, Estados Unidos, França, Rússia e Reino Unido) foi usado com frequência, embora tenha sido uma medida de último recurso desde o fim da Guerra Fria. Além disso, as relações voláteis entre os Estados e o risco constante de escalada das hostilidades entre as duas superpotências limitaram o possível escopo das atividades de manutenção da paz da ONU. Quaisquer operações que fossem obrigatórias deveriam cumprir três princípios para reduzir o risco de provocar mais violência: imparcialidade, consentimento e força limitada. Embora esses princípios tenham sido formados gradualmente, por meio da prática, nas circunstâncias restritivas específicas da Guerra Fria, eles foram adotados como marcos de legitimidade para todas as operações de manutenção da paz e ainda são considerados seriamente pelo Conselho de Segurança da

ONU quando se discute o estabelecimento de uma nova operação (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012. RAM, 2018).

Com o fim da Guerra Fria, o número de operações de paz aumentou significativamente. De um total de 67 operações de paz promovidas até o ano de 2012, 49 correram a partir de 1990 (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

A nova dinâmica do Conselho de Segurança também permitiu que a ONU se engajasse em operações mais ambiciosas. Iniciou-se o envio de tropas para áreas de conflito antes que um cessar-fogo fosse estabelecido, a fim de proteger os civis mediante ações de intervenção humanitária ou pôr fim às hostilidades por meio da "imposição da paz". O entusiasmo por essas práticas diminuiu depois que a UNITAF, uma intervenção liderada pelos Estados Unidos na Somália, resultou na morte de 18 soldados americanos na Batalha de Mogadíscio em 1993. Mais de 3500 homens perderam a vida e operações de paz há hoje (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

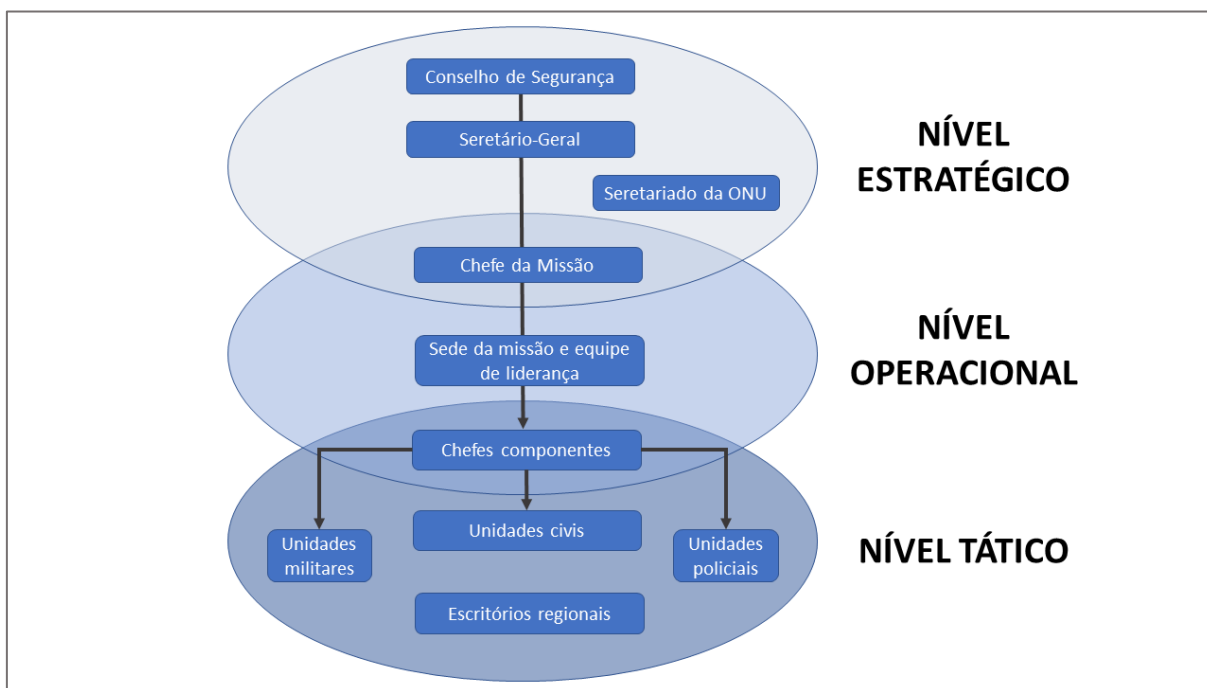


Figura 2: Cadeia de comando e controle multi-dimensional das Operações das Nações Unidas para manutenção da paz. Traduzido e adaptado pela autora de: UN, 2008.

O estabelecimento da Agenda pela Paz e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) pela ONU, ambos de 1992, só aumentou o escopo destas ações. Antes de uma resolução para uma nova operação de manutenção da paz ser aprovada, o DPKO oferece suporte com operações de apuração de fatos, realiza o levantamento e as

ações logísticas necessárias para recrutamento de pessoal, forças militares e distribuição do equipamento necessário para o teatro de operações. Inicialmente, atua como interface entre o Conselho de Segurança e a missão no terreno. Nos últimos anos, o DPKO foi reestruturado e o Departamento de Suporte de Campo (DFS) foi estabelecido para supervisionar a logística naquele local (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

O aumento exponencial de solicitações para operações de manutenção de paz forçou a Cúpula Mundial de 2005 a apresentar uma série de propostas de reformulação para as ações da ONU. A resolução resultante da Assembleia Geral (A/Res/60/1) estabeleceu a Comissão de Consolidação da Paz para apoiar e integrar os esforços de manutenção e consolidação da paz. A Doutrina Capstone (2008) marcou mais um estágio na reforma das práticas de manutenção da paz formalizando e codificando um corpo de princípios de manutenção da paz anteriormente não escritos em um documento coeso, cujo objetivo é regularizar e harmonizar ainda mais os esforços de manutenção da paz (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012. WILLIAMS, 2020).

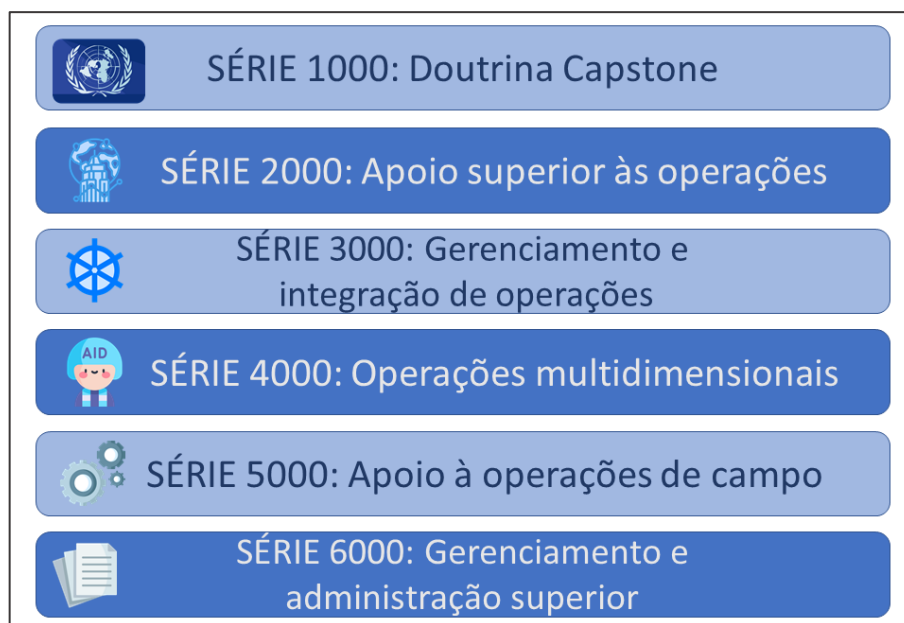


Figura 3: Relação de documentos doutrinários e administrativos da ONU. Na primeira série de documentos, encontra-se a Doutrina Capstone. Traduzido e adaptado pela autora de: UN, 2008.

É da Doutrina Capstone que vem o mais recente conceito de operações de manutenção da paz:

“é uma técnica destinada a preservar a paz, por mais frágil que seja, onde os combates foram interrompidos, e para auxiliar na implementação dos acordos alcançados pelos pacificadores. Ao longo dos anos, a manutenção da paz evoluiu de um modelo principalmente militar de observação de cessar-fogo e separação de forças após guerras entre Estados, para incorporar um modelo complexo de muitos elementos - militares, policiais e civis - trabalhando juntos para ajudar a lançar as bases para uma paz sustentável.” (UNITED NATIONS, 2008. p. 18. Tradução da autora).

A Cúpula Mundial também endossou formalmente a “Responsabilidade de Proteger” (responsability to protect - R2P) como um conceito normativo, equilibrando a soberania dos Estados com sua responsabilidade de proteger seus cidadãos. Em alguns casos, a responsabilidade de proteger os cidadãos pode levar a comunidade internacional a abordar o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012. WILLIAMS, 2020).

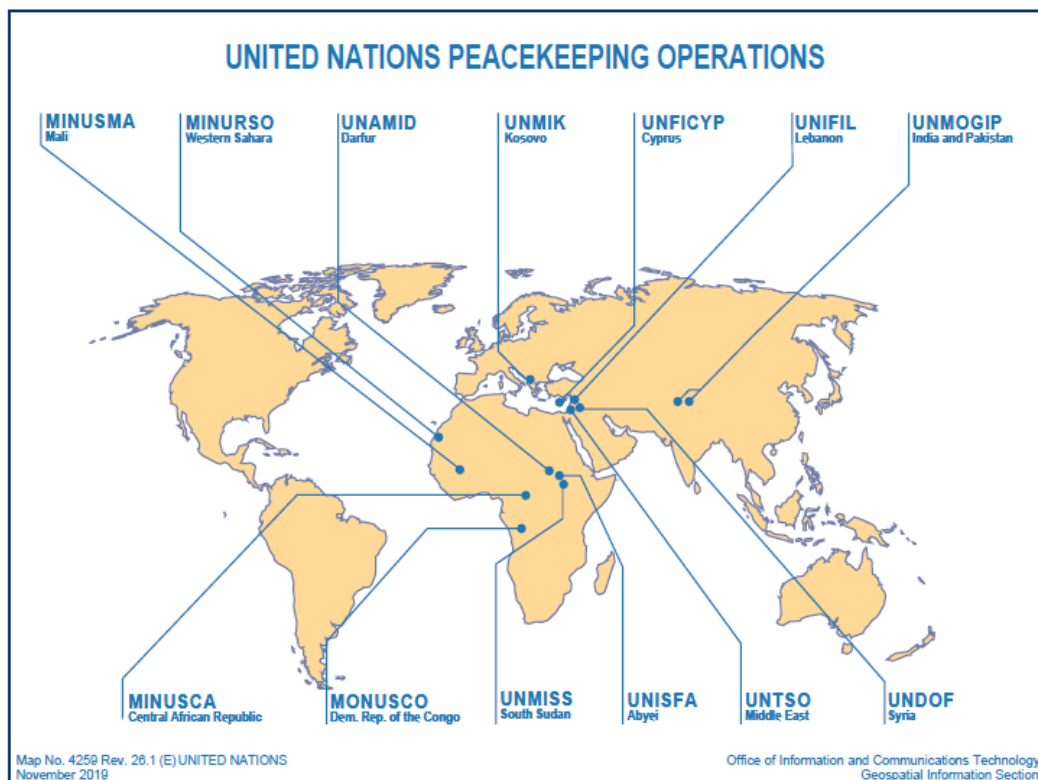


Figura 4: Operações de paz ainda em execução pela ONU. Fonte: Williams, 2020. P.192.

Desde meados dos anos 2000, o número de pessoal destacado está estagnado e vem diminuindo devido ao envolvimento do Ocidente no Afeganistão, o que pode refletir uma diminuição global de operações de paz até a resolução daquele conflito (USDEN e JUERGENLIEMK, 2012).

As maiores operações de paz desempenhadas até o momento, em número de homens envolvidos, foram a MONUC e MONUSCO (República Democrática do Congo, 22.016 homens entre 1999 e os dias atuais), UNAMID (Sudão, 21.600 homens entre 2008 e os dias atuais) e UNAMSIL (Serra Leoa, 17.670 homens entre 1999 e 2005). A MINUSTAH, principal operação envolvendo tropas Brasileiras, encontra-se em nono lugar (WILLIAMS, 2020). A UNTAET (Timor Leste) foi uma das maiores operações, empregando mais de 10 mil homens em apenas 3 anos de duração.

Apesar da participação nas operações ser formada por público misto, incluindo militares, forças policiais e civis, o número de observadores civis e forças policiais tem permanecido constante desde os anos 2000. Já a participação de militares cresceu quase dez vezes nesse período, mantendo-se, em 2019, em torno de 70 mil militares empregados (WILLIAMS, 2020).

Os indivíduos empregados em operações de paz da ONU são internacionalmente conhecidos como *peacekeepers* e sua presença no campo é facilmente identificada pelo uso dos capacetes azuis (*blue helmets*), uma de suas denominações, especialmente pelas populações locais (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

2.2 A participação brasileira nas operações de pacificação da ONU

O Brasil mostrou-se disponível a colaborar com a ONU desde sua fundação, iniciando sua primeira operação em 1948, a UNSCOB, nos Bálcãs. Até 2017, participou de 46 operações de paz, das 71 impetradas pela ONU, representando 65% do total. Além disso, ainda colaborou com outras 5 sob a responsabilidade da OEA (Organização dos Estados Americanos). Já foram mais de 57 mil servidores (militares, policiais e civis), sendo que 88% destes participaram nos últimos 25 anos (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

A segunda participação do Brasil em operações de paz ocorreu em 1956 na I Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), já com a presença dos capacetes azuis. Na época, o governo brasileiro investiu fortemente na projeção nacional como interessado na manutenção da paz. O Batalhão de Suez, composto por cerca de 600 militares foi enviado ao Egito e seu contingente foi renovado continuamente, por 10 anos, totalizando 6,3 mil militares somente nesta missão, inclusive comandando a UNEF I em alguns períodos (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Ainda houve participação expressiva no Congo e de forma pontual no Chipre e na Índia e Paquistão, todas na década de 1960. De 1967 a 1989, o Brasil cessou sua participação, afastando-se da participação na ONU em razão da política desenvolvimentista interna do Regime Militar vigente. Com a redemocratização, o Brasil reascendeu no cenário internacional no que diz respeito à participação nestas operações. A partir de 1992, com a multidimensionalidade das operações da ONU (incluindo observadores civis, assistência médica, acompanhamento eleitoral, dentre outros), o Brasil fez-se presente em Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor Leste (INTERFET, UNTAET e UNMISSET), Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL) e da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

A MINUSTAH tem papel de destaque na participação nacional. Corresponde à nossa maior operação de paz, com efetivo correspondente a 69% do total já enviado ao exterior, majoritariamente do Exército Brasileiro. Também foi a única operação onde todos os *force commanders* foram oriundos no mesmo país, o Brasil (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Hoje, a participação brasileira em operações de paz é legitimada, como política de Estado, por documentos oficiais, como a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Em novembro de 2017, o Brasil foi oficialmente convidado pela ONU a enviar tropas para a Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). A importância que o Brasil tomou no cenário internacional pode ser representada pela Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (DelBrasONU), com representantes que lidam com assuntos de interesse do país, entre os quais as operações de paz. A DelBrasONU integra o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com integrantes do Ministério da Defesa (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Operacionalmente, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) foi criado em 2010, substituindo o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz). O CCOPAB tem a missão de preparar militares, policiais e civis para operações de paz e atividades de desminagem humanitária. É vinculado ao Ministério da Defesa e subordinado diretamente ao Exército Brasileiro, com atuação direta do COTER e da DCEX em seu processo instrucional. Apesar de sua criação ser voltada a MINUSTAH, hoje constitui uma rede integrada de stakeholders (interessados), como *think tanks*, universidades, agências da ONU

e órgãos do governo, envolvidos direta ou indiretamente com operações de paz (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).



Figura 5: Imagens disponível no website da ONU, em inglês, agradecendo a participação do Brasil nas Operações de Paz, especialmente no Haiti. Fonte: <https://peacekeeping.un.org/en/brazil>. Acesso em 27 julho 2021.

2.3 As mulheres e as operações de pacificação

Apesar do sucesso das operações de paz da ONU, há pontos obscuros na presença de pessoal estrangeiro nos países sede, especialmente no que tange à violência de gênero e à violência sexual. Em 2001, O Conselho de Segurança pública a Resolução 1325 que orienta a própria ONU e seus Estados membros a:

“(...) abordar os abusos contra as mulheres durante o conflito, incluindo a violência sexual e baseada no gênero (SGBV); para fornecer proteção às mulheres deslocadas; treinar mantenedores da paz e forças de segurança locais em consciência de gênero; fornecer maior financiamento para medidas de proteção das mulheres durante o conflito armado; reconstruir instituições que prestam serviços essenciais às mulheres; e apoiar os esforços organizacionais das mulheres na prevenção de conflitos e na promoção da paz.” (WILLET, 2010. p. 152).

Uma vez que a resolução 1325 não é um tratado, não existe obrigação explícita de implantá-la. Dessa forma, seu cumprimento tem sido errático. No entanto, medidas como a introdução de códigos de conduta para as forças de manutenção da paz, conselheiros de gênero, aumento de relato de casos de abusos contra mulheres na guerra e alguns países criaram Planos de Ação Nacionais para alcançar os objetivos da supracitada Resolução (WILLET, 2010).

De forma geral, a participação de mulheres em papéis de relevância é pífia. Isso pode ser explicado por fatores como a seleção para altos cargos nas Nações Unidas que, de forma geral, pressupõe ampla experiência militar e diplomática, o que muitas mulheres até o momento não possuem. Soma-se a isso o preconceito contra candidatas do sexo feminino, que se presume não ter as habilidades políticas ou a representatividade para representar uma operação de manutenção da paz em grande escala (WILLET, 2010).

Em 2005, o 'escândalo sexual' da MONUC ganhou as manchetes da imprensa internacional quando cerca de 155 funcionários enfrentaram acusações sobre prostituição organizada, abuso e relações sexuais de exploração, sexo em troca de empregos e estupro. O relatório da ONU 'Enfrentando a Exploração e Abuso Sexual na MONUC: Lições Aprendidas' observou que, embora a maioria dos gerentes de missão e chefes de seção falassem da importância do combate à exploração sexual, eles tendiam a minimizar, ou mesmo fechar os olhos, às alegações feitas por mulheres congolenses, algumas vezes até obstruindo as investigações. Como resultado, verificou-se que o treinamento acerca de prevenção de exploração sexual nunca havia sido levado a sério (WILLET, 2010).

A ONU desenvolveu, a partir daí, a política de 'tolerância zero' em relação aos abusos por parte dos *peacekeepers* e sua função é salvaguardar a reputação das missões, tranquilizando o público de que a má conduta é um ponto fora da curva e expressando preocupação pelas vítimas, e prometendo tomar medidas rigorosas contra os abusos para garantir confiança entre as comunidades locais (WILLET, 2010).

Dentro deste contexto, a importância da mulher como *peacekeeper* tem crescido, especialmente sob o escopo de protetoras das mulheres locais contra os abusos dos homens (tanto nativos quanto os pacificadores). Dentro deste entendimento, espera-se que haja diminuição nos casos de HIV / AIDS, declínio no número de bordéis em torno das bases de manutenção da paz e redução no número de bebês gerados e abandonados pelos *peacekeepers* depois que a missão termina. Efetivamente, a presença de mulheres nas

operações de paz tem efeito benéfico para a tropa de maneira geral, promovendo mudança do comportamento masculino (SIMIC, 2010).

Finalmente, a inclusão de grande número de mulheres nas operações de paz, apesar de estimulada pela ONU, reforça estereótipos que diversos grupos querem evitar, como a postura pacificadora das mulheres em relação aos homens (SIMIC, 2010).

Um quadro resumo da participação de mulheres brasileiras em operações de paz é apresentado a seguir, ressaltando-se que aproximadamente 70% do segmento feminino enviado é pertencente ao Exército Brasileiro.

Quadro 1: quantitativo de uniformizadas que participaram de operações de paz. Fonte: Hamann, Giannini e Pereira, 2019.

País / localidade	Missão de paz	Total de uniformizadas brasileiras em cada missão	Total de brasileiros uniformizados em cada missão*	% de mulheres brasileiras frente ao total de brasileiros de cada missão
Haiti	MINUSTAH	239	37.378	0,64%
Timor-Leste	UNMIT	9	72	12,5%
Sudão do Sul	UNMISS	8	94	8,5%
Líbano	UNIFIL	5	3.666	0,14%
Costa do Marfim	UNOCI	4	98	4,1%
Libéria	UNMIL	4	39	10,3%
Guiné Bissau	UNIOGBIS	2	20	10%
Sudão (Darfur)	UNAMID	2	6	33,3%
Saara Ocidental	MINURSO	2	104	1,9%
Sudão (Abyei)	UNISFA	1	20	5%
República Centro-Africana	MINUSCA	1	35	2,86%
Timor-Leste	UNMISET	1	502	0,2%
TOTAL	-	278		0,66%

O Exército Brasileiro participa de operações de paz enviando mulheres em quadros e serviços ditos auxiliares, uma vez que somente em 2021 a primeira turma de oficiais combatentes será formada pela Academia Militar das Agulhas Negras. Assim, médicas, dentistas, farmacêuticas, psicólogas, professoras, engenheiras, pessoal de tecnologia da informação, dentre outras, participaram das fileiras das Nações Unidas no exterior, especialmente da MINUSTAH.

Resta saber qual o papel desempenhado por essas mulheres do Exército Brasileiro nas operações de paz e quais suas percepções acerca desta experiência.

4. RESULTADOS

A pesquisa foi realizada durante os meses de junho e julho de 2021, de forma voluntária, mediante livre acesso ao formulário disponível no link <https://forms.gle/6uFy5owi8ELnksB6>. As perguntas foram livremente baseadas no questionário de Giannini, Foly e Lima (2017), cujas questões estão dispostas no quadro 2. As respostas foram tabuladas utilizando Microsoft Excel 365 (Microsoft Corporation, 2019) para dados quantitativos. As respostas de perguntas abertas foram analisadas utilizando-se o método de Bardin (1977), a análise de conteúdo.

Quadro 2: Questionário aplicado às oficiais.

N	PERGUNTA
1	Qual seu posto?
2	Qual sua idade?
3	Com quantos anos você participou da missão no exterior?
4	Você era casada* quando foi à missão? (*Casada, em união estável ou vivendo com companheiro).
5	Caso estivesse em relacionamento estável (citados acima), houve discordância em sua ida para a missão?
6	Caso sim, motivou o fim do relacionamento?
7	Você tinha filhos quando foi para a missão no exterior?
8	Em qual missão você foi?
9	Como a mulher pode fazer a diferença participando de uma missão no exterior?
10	Você se sentiu prejudicada em algum momento durante a missão pelo fato de ser mulher?
11	Você se sentiu prejudicada em algum momento durante a seleção para a missão pelo fato de ser mulher?
12	Quais atividades você destacaria na sua participação na operação de paz?
13	A operação alterou sua visão sobre o Exército Brasileiro?
14	Durante a operação, você manteve contato com a população civil local?
15	Você considera que a interação com a população civil, caso tenha ocorrido, foi facilitada pelo fato de você ser mulher?
16	Conte algum fato que tenha lhe marcado no atendimento da população civil, se for o caso.
17	Você considera que a presença do segmento feminino altera o comportamento do segmento masculino? Comente.
18	Você considera que a presença de mulheres afeta de alguma forma a missão, seja em situação operacional ou técnica?

Obtiveram-se, no período de recebimento das respostas, 11 questionários. Dois foram excluídos por se tratar de resposta repetida.

Os gráficos abaixo refletem as respostas quantitativas.

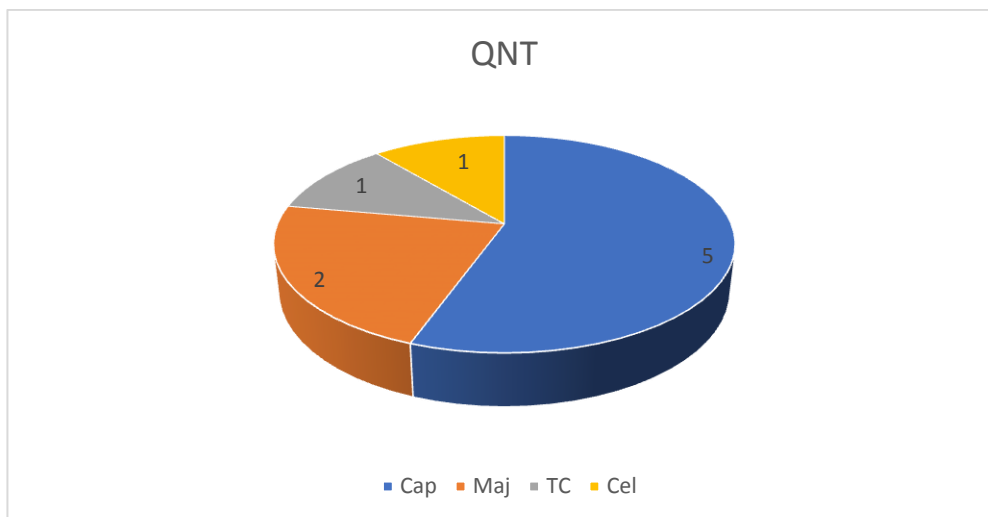


Gráfico 1: Quantidade de respostas por posto. Fonte: a autora, 2021.

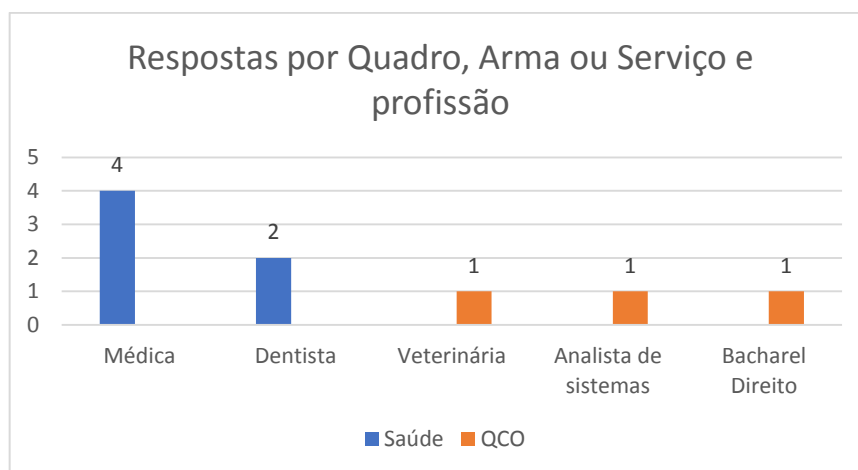


Gráfico 2: Distribuição de respostas quanto ao Quadro, Arma ou Serviço e profissão das oficiais.

A média de idade das oficiais que responderam as perguntas foi de 44,66 anos, com desvio padrão de 7,51 anos. Já quanto à idade durante a participação da operação de paz, a média foi de 38,77 anos, com desvio padrão de 8,82 anos. A diferença entre a idade atual e a idade em que houve participação na missão variou grandemente, sendo a média 5,8 anos.

Todas as participantes responderam que não houve discordância na sua ida para a operação, sendo que 44,44% das respondentes eram casadas. Duas participantes tinham filhos (22,2%) quando foram para a operação no exterior.

Oitenta e oito por cento (88 %) das participantes foram para a MINUSTAH (Haiti) e apenas uma foi para a África, na UNAMID (Darfur).

Quanto à relação percebida entre seu desempenho na missão e o gênero, 1 participante (11%) informou ter se sentido prejudicada na seleção e 3 participantes (33%) relataram terem se sentido prejudicadas pelo fato de serem mulheres durante o decorrer da missão.

Quanto à interação com a população local, 88% das participantes relataram que tiveram contato com o pessoal local, podendo interagir com eles.

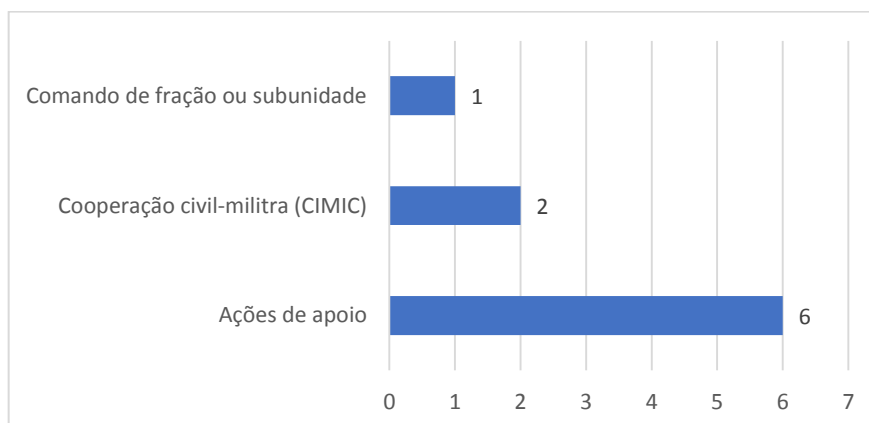


Gráfico 3: Principais funções desempenhadas nas missões a que as oficiais compareceram. Fonte: a autora, 2021.

Quanto à análise das respostas abertas, os relatos foram agrupados conforme *clusters* de proximidade ou interesse. Os *clusters* selecionados foram: *interação do segmento feminino com a população local* e *postura e relacionamento do segmento masculino com o segmento feminino*.

Quanto à interação com a sociedade civil local: “A participação feminina auxilia na integração com as comunidades, especialmente com mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade”; “A mulher tem um melhor relacionamento com a população local, principalmente, com mulheres e crianças. Esse canal de comunicação da tropa com a população é muito importante sob vários aspectos”; “pude ver como as tropas brasileiras buscam interagir de maneira positiva com a população local”; “(...) presença masculina gerava algum medo/receio na população feminina e em algumas crianças” e “creio que especialmente as mulheres locais tinham mais liberdade de interagir com as militares do segmento feminino”. Ainda neste tópico, destacam-se: “Auxílio a crianças de um orfanato, cuja diretora anterior furtou o dinheiro e donativos e abandonou as crianças. O orfanato foi acolhido por missionários e tiveram ajuda dos militares para reconstruí-lo e no fornecimento de alimentos”; “CIMIC numa praça pública de Port-au-Prince, onde pude ver a influência de

“líderes comunitários” e a subserviência da população daquele local”; “As Senhoras que trabalhavam no rancho estavam prestes a serem dispensadas, pois o BRABAT 2 estava desmobilizando. Elas estavam super tristes pois perderiam o emprego. Tentei confortá-las e conseguir novos empregos em outros contingentes de outros países”.

Quanto à postura e relacionamento do segmento masculino com o segmento feminino, destacaram-se os comentários: “Infelizmente, a maioria dos militares homens ainda não sabe lidar com a presença de militares mulheres e nos tratam como “peças de decoração” ou pensam que não somos capazes de acompanhar missões operacionais, como patrulhas, ou ficar em destacamentos”; “Notei que se evitavam alguns comportamentos e jargões, além de buscarem manter as áreas comuns mais organizadas e limpas.”; “ (...) Desde a melhoria das expressões verbais e dos alojamentos, até a emissão de piadas preconceituosas.”; “creio que os torna mais tolerantes e menos agressivos”; “Na ocasião tínhamos que enviar equipe de Saúde para local distante da base e não quiseram enviar equipe de Saúde com mulheres por questão de segurança. Havia a possibilidade de ataque ao local”; “Afeta positivamente, no sentido de que a convivência é capaz de transformar os comportamentos extremos que ocorrem em ambientes onde somente um sexo predomina.”; “A mulher é meticulosa, detalhista, amorosa e paciente. Essas características ajudaram na confecção de documentos sensíveis, obtenção de acordos para sanar conflitos, apaziguar divergências entre militares, obter informações e gerenciar conflitos com a população local”; “Embora profissionalmente tendo as mesmas atribuições que os homens, levam mais leveza ao ambiente de trabalho e tem maior diplomacia na resolução de conflitos”.

5. DISCUSSÃO

Os resultados encontrados neste trabalho, mesmo com número reduzido de participantes, corroboram os resultados de Giannini, Folly e Lima (2017), especialmente no que diz respeito da postura e relacionamento dos segmentos feminino e masculino. Por exemplo, “Notei que se evitavam alguns comportamentos e jargões, além de buscarem manter as áreas comuns mais organizadas e limpas.”; “(...) Desde a melhoria das expressões verbais e dos alojamentos, até a emissão de piadas preconceituosas” ou ainda “Afeta

positivamente, no sentido de que a convivência é capaz de transformar os comportamentos extremos que ocorrem em ambientes onde somente um sexo predomina.”; vai diretamente ao encontro das declarações da pesquisa acima citada, onde “Houve mudança nas palavras, no modo de falar, eles medem muito mais as palavras com a nossa presença” (p. 44), ou “Acaba mudando comportamento, as brincadeiras são diferentes. Com mulher, eles amadurecem mais” (p. 44).

Por outro lado, a percepção de algum nível de desigualdade ou culpabilidade da mulher por alterações na estrutura geral existe. Por exemplo “Infelizmente, a maioria dos militares homens ainda não sabe lidar com a presença de militares mulheres e nos tratam como “peças de decoração” ou pensam que não somos capazes de acompanhar missões operacionais, como patrulhas, ou ficar em destacamentos”. Essa declaração de uma das oficiais entrevistadas corrobora não só alguns aspectos da pesquisa de Giannini, Folly e Lima (2017) como com aspectos levantados pela Organização das Nações Unidas sobre o aumento do segmento feminino nas operações de paz, propostos pela Resolução 1325 (Agenda MPS – pelas Mulheres, Paz e Segurança). Rosa e Brito (2008) colocam que:

“Na intolerância quanto à natureza biológica feminina, expressa-se uma visão da mulher como “sexo frágil” contribuindo para a reprodução dos valores masculinos na socialização das mulheres que entram na instituição e, com isso, reforça-se o discurso da incompatibilidade feminina com os valores atribuídos ao conceito de ser militar. Dessa forma, permite-se que haja uma socialização do biológico e uma biologização do social mascarando a arbitrária divisão dos gêneros na organização militar” (ROSA, BRITO, 2008. P. 7).

A discussão sobre esse tema mostra-se relevante, conforme relato das próprias entrevistadas. Por exemplo: “Na ocasião tínhamos que enviar equipe de Saúde para local distante da base e não quiseram enviar equipe de Saúde com mulheres por questão de segurança. Havia a possibilidade de ataque ao local”. Assim, a “proteção” à mulher expressada acima, evitando seu envio a locais distantes, não é uma questão somente de segurança da mulher, mas, também, de segurança da missão, dos demais participantes e da garantia de seu sucesso.

As explicações para a correlação negativa entre o risco e a participação das mulheres em missões da ONU, como a citada acima, são principalmente derivadas de ideias sobre as vantagens comparativas entre os sexos, percepções das diferenças nas capacidades dos sexos, percepções de quais capacidades um pacificador deve possuir e, finalmente, as ideias pré-concebidas prevalentes em relação à masculinidade e feminilidade. Nos casos em

que o nível de risco é alto, as características masculinas são valorizadas ainda mais, promovendo a participação daqueles que são percebidos como possuidores dessas características, ou seja, homens (TIDBLAD-LUNDHOLM, 2020).

Por outro lado, Wilet (2010) informa que a presença das mulheres nas operações de paz tem, não só um propósito de inclusão de gênero, mas também foi motivado pelos casos de abuso físico e sexual, especialmente ocorridos em populações civis. Assim, a mulher tem papel conciliador nesse cenário, podendo alterar o comportamento masculino. Simic (2010) segue na mesma linha de raciocínio:

“A seguinte declaração do Departamento das Nações Unidas para Operações de Manutenção da Paz (DPKO) implica fortemente esta suposição: ‘Acesso à presença de mulheres e apoio para mulheres locais; torna os homens de manutenção da paz mais reflexivos e responsáveis; e amplia o repertório de habilidades e estilos disponíveis dentro da missão, muitas vezes com o efeito de reduzir o conflito e o confronto’” (SIMIC, 2010. P. 189-190).

Simic também discute que as mulheres decidiram tirar proveito dos estereótipos que as organizações internacionais atribuíram a elas, representando-as como pacifistas e pacificadoras. Da mesma forma, um estudo realizado em 1995 pela Divisão das Nações Unidas para o Avanço da Mulher descobriu que “os homens se comportam quando estão na presença de mulheres de sua própria cultura... já que se assemelha mais à sociedade civil. Seus membros são, portanto, mais propensos a observar as convenções sociais e o comportamento civilizado” (DEGROOT, 2001. P. 37).

Essa afirmação é problemática, pois sugere que os homens são mais propensos a se comportar de maneira civilizada se cercados por suas próprias mulheres. Não leva em consideração a presença de mulheres locais ou mulheres de manutenção da paz enviadas de outros países (SIMIC, 2010; CAREY, 2001). Mais uma vez, é corroborada a intenção da ONU: a inclusão de mulheres nas operações de paz pode ser capaz de minimizar abusos com as mulheres locais.

Outros estereótipos também são reafirmados: “A mulher é meticulosa, detalhista, amorosa e paciente. Essas características ajudaram na confecção de documentos sensíveis, obtenção de acordos para sanar conflitos, apaziguar divergências entre militares, obter informações e gerenciar conflitos com a população local”; “Embora profissionalmente tendo as mesmas atribuições que os homens, levam mais leveza ao ambiente de trabalho e tem maior diplomacia na resolução de conflitos”.

Ao contrário do que alguns autores trazem, como Resende (2017), a inclusão de mulheres em operações de paz da ONU não são simples questão de *empoderamento feminino* ou questão de *equidade de gênero*. Muito mais profundo que isso, trata-se de uma estratégia sim, de inclusão da mulher especialmente por sua capacidade de proteção tácita às demais mulheres, de forma muito mais estereotipada e não empoderada como alguns autores sugerem.

6. CONCLUSÃO

A presença do segmento feminino nas operações de paz da ONU é uma questão sobretudo política. Reconhecida pela Resolução 1325, a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança proposta no ano 2000, tem sido acompanhada de forma errática. O aumento da participação das mulheres tem ocorrido timidamente, porém constante, o que pode melhorar as condições gerais da tropa, o respeito e a convivência com as mulheres locais. Apesar de sua capacitação técnica, a presença da mulher se justifica muito mais pelo próprio sexo, ou seja, pela capacidade de “ajuste de conduta”, indo ao encontro de estereótipo tão combatido atualmente, mas dentro desta perspectiva, extremamente relevante.

7. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Israel de Oliveira. HAMANN, Eduarda Passarelli. SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Texto para Discussão 2442. Brasília, janeiro 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf. Acesso em 01 jun 2021.

ARAÚJO, Jéssica Brandão de. **A participação das mulheres em operações de paz: o caso do Exército Brasileiro na MINUSTAH durante a última década**. Artigo apresentado à Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23492/1/Participa%C3%A7%C3%A3oMulheresOpera%C3%A7%C3%B5es%20.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

ARMY WOMEN'S FOUNDATION. **Army Women in History**. Sem data. Disponível em: <https://www.awfdn.org/army-women-in-history/>. Acesso em: 02 jun 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **A História da mulher no Exército**. Sem data (a). Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito. Acesso em: 02 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Batalhão Brasileiro de Força de Paz – atuação das mulheres militares na missão de paz no Haiti**. Sem data (b). Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=7680690&_101_type=content&_101_groupId=11425&_101_urlTitle=batalhao-brasileiro-de-forca-de-paz-atuacao-das-mulheres-militares-na-missao-de-paz-no-haiti-&inheritRedirect=true. Acesso em: 01 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Primeiras mulheres ingressam na carreira de oficial combatente do Exército**. Sem data (c). Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/Iz4bX6gegOtX/content/primeiras-mulheres-ingressam-na-carreira-de-oficial-combatente-do-exercito. Acesso em: 02 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. Publicado em 29 abril 2020. Atualizado em 30 jun 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 01 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Marinha do Brasil inicia 4º Estágio de Operações de Paz para Mulheres**. Sem data (d). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-inicia-4o-estagio-de-operacoes-de-paz-para-mulheres>. Acesso em: 01 jun 2021.

CAMARGO, Wainesten. **Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5727, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72412>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CAREY, Henry F. 'Women and peace and security': The politics of implementing gender sensitivity norms in peacekeeping. **International Peacekeeping**. Vol 8, Nº 2, P. 49-68, 2001. DOI: 10.1080/13533310108413895

DEGROOT, Gerard J. A few good women: Gender stereotypes, the military and peacekeeping, **International Peacekeeping**. Vol 8, nº 2, 2001. 23-38, DOI: 10.1080/13533310108413893.

GIANNINI, Renata Avelar. FOLLY, Maiara. LIMA, Mariana Fonseca. **Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas Brasileiras**. Instituto Igarapé: artigo estratégico 27. 2017. Disponível em: <http://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/>. Acesso em: 02 jun 2021

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira**. Instituto Igarapé. Artigo Estratégico 9. Setembro, 2014. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/Artigo-9-Promover-Genero-e-Paz-web3.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

GORUR, Aditi. MODITSI, Kleopatra. **Overcoming Hurdles for Women Peacekeepers in the Field**. 24 jul 2020. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/overcoming-hurdles-women-peacekeepers-field>. Acesso em: 01 jun 2021.

HAMANN, Eduarda. GIANNINI, Renata. PEREIRA, Pérola Abreu. **Mulheres brasileira em missões de paz: a coragem em dados e relatos**. Instituto Igarapé. Artigo Estratégico 44. 2019. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

IRISH AID. Department of Foreign Affairs. **The Importance of Female Peacekeepers**. Sem data. Disponível em: <https://www.dfa.ie/media/missions/tanzania/newsandevents/The-Importance-of-Female-Peacekeepers.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

JIMÉNEZ, Ximena. LANGHOLTZ, Harvey J. **Gender Perspectives in United Nations Peacekeeping Operations**. Peace Operations Training Institute. 2018. Williamsburg, USA. Disponível em: https://cdn.peaceopstraining.org/course/promos/gender_perspectives/v2/gender_perspectives_v2_english.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

JOHNSON, Dustin. BALDWIN, Gretchen. Women in Peacekeeping: Signs of Change at the United States? In: **INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE**. IPI Global Observatory. September 17, 2020. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2020/09/women-in-peacekeeping-signs-of-change-at-united-nations/>. Acesso em: 01 jun 2021.

LAUDÔNIO, Fábio. Qual foi o primeiro país a aceitar mulheres nas Forças Armadas?. **Revista Superinteressante**. 4 jul 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-foi-o-primeiro-pais-a-aceitar-mulheres-nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 02 jun 2021.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

MANTOVANI, Flávia. Em 3 décadas, mulheres são menos de 1% dos brasileiros em missões de paz. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/em-3-decadas-mulheres-sao-menos-de-1-dos-brasileiros-em-missoes-de-paz.shtml>. Acesso em: 01 jun 2021.

MATHIAS, Suzely Kalil. As mulheres chegam aos quartéis: gênero e forças armadas no Cone Sul. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/anpuh.pdf>. Acesso em: 02 jun 2021.

PAIVA, Camila de Almeida. **Maior inserção de militares do segmento feminino do EB em missões de paz sob a égide da ONU**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Escola de Formação Complementar do Exército/ Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3139/1/TCC%20%20Cap%20Camila%20Paiva.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

RAM, Sunil V. **History of United Nations Peacekeeping Operations During the Cold War: 1945 to 1987**. Peace Operations Training Institute. 2018.

RESENDE, Stella. Uma questão de gênero: mulheres, Forças Armadas e operações de paz. **Cadernos de Relações Internacionais**. Vol 11, nº 2, 2017.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. **Revista CEJ**. Brasília, Ano XXI, n. 72, p. 24-33, maio/ago. 2017.

ROSA, Alexandre Reis. BRITO, Mozar José de. Mulheres Fardadas: Reflexões sobre Dominação Masculina e Violência Simbólica na Organização Militar. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 6 a 10 setembro 2008.

SIMIC, Olivera. Does the Presence of Women Really Matter? Towards Combating Male Sexual Violence in Peacekeeping Operations. **International Peacekeeping**. V. 17, N 2, p. 188-199. 2010. DOI: 10.1080/13533311003625084

TIDBLAD-LUNDHOLM, Kajsa. When are Women Deployed? Operational Uncertainty and Deployment of Female Personnel to UN Peacekeeping. **International Peacekeeping**. Vol 27, nº 4, p. 673-702, 2020. DOI: 10.1080/13533312.2020.1760717

UNITED NATION PEACEKEEPING. **Our History**. Sem data. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Acesso em: 02 jun 2021.

UNITED NATION PEACEKEEPING. **WOMEN IN PEACEKEEPING**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 01 jun 2021.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **Gender Equality in UN Peacekeeping Operations**. Ref. 2010.25. Disponível em: https://www.resdal.org/wps_sp/assets/gender-equality-in-peacekeeping_un.pdf. Acesso em: 01 jun 2021.

UNITED NATIONS. **Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (The Capstone Doctrine)**. Nova Iorque, 2008.

UNITED NATIONS. **Security Council Resolution nº 1325. S/RES/1325 (2000)**. 31 out 2000.

USDEN, Rebeca. JUERGENLIEMK, Hubertus. **History of UN Peacekeeping**. Factsheet. Global Governance Institute. Bruxelas, Bélgica. Outubro, 2012. Disponível em: https://www.globalgovernance.eu/wp-content/uploads/2015/02/GGI-Factsheet-History-of-UN-Peacekeeping_October2012.pdf. Acesso em: 02 jun 2021.

VON HLATKI, Stéfanie. Gender and Peacekeeping. **Policy Options Politiques**. Nov 8, 2017. Disponível em: <https://policyoptions.irpp.org/magazines/november-2017/gender-and-peacekeeping/>. Acesso em: 01 jun 2021.

WILLET, Susan. Introduction: Security Council Resolution 1325: Assessing the Impact on Women, Peace and Security. **International Peacekeeping**. V. 17, N 2, p. 142-158. 2010 DOI: 10.1080/13533311003625043.

WILLIAMS, Paul D. **The History of United Nations Peacekeeping Operations from 2000–2020**. Peace Operations Training Institute. 2020.